



VILAREALSTºANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Alexandra
Martins*

ATA N.º 05/2017

Ao vigésimo nono dia do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **Miguel Moreira da Costa** a presidir à Assembleia Municipal, **Alexandre Hermínio Drago Madeira** como Primeiro Secretário, **Maria Alexandra Martins do Livramento**, como Segundo Secretário, e os membros eleitos das Bancadas do PSD, PS, CDU e BLOCO DE ESQUERDA, nomeadamente **António Manuel Cipriano Cabrita**, **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança**, **David Miguel Vasques da Silva**, **António José Cardoso Gomes**, **Vítor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa**, **Armando José Parra da Silva**, **Jorge Manuel dos Santos Pinto**, **Maria da Conceição Freitas Henrique Granado**, **Luis Miguel Guerreiro Romão**, **Manuel da Conceição António**, **José Roberto Leitão Guerreiro**, **Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro**, **Rui João Gutierres Setúbal**, **Joaquim Luis Pena Vasques**, **Rosa Maria Batista Ribeiro Cabrita**, **Albertina da Piedade Fernandes Madeira**, **António Filipe Parra Martins**, **Vanda da Encarnação Matias Fernandes**, **Luis Manuel Negrão Vargas** e **Alice pereira Tristany**, e conforme Edital de 20 de junho de 2017, reuniu em sessão **ORDINÁRIA**, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

ABERTURA DA SESSÃO: O 1º Secretário procedeu à chamada. No PSD registou-se a ausência de **José Carlos Costa Barros**, substituído por **Vítor Manuel Fernandes Figueiredo Rosa**, **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança**, substituído por **Sandra Cristina Batista Vasques**, **David Miguel Vasques da Silva** substituído por **Paulo César dos Santos Sousa**, **Lara Sofia Vairinhos Rosa** foi substituída por **André Manuel Pimenta Oliveira** e **Manuel da Conceição António** substituído por **Ricardo Catarino Serrano dos Reis**. Na bancada do PS **Ricardo José Madeira Cipriano** foi substituído por **Joaquim Luis Pena Vasques** e **José João Rosa Gonçalves** foi substituído por **Rosa Maria Batista Ribeiro Cabrita**. Na bancada do BE,

*Alice
Tristany*

Alice Pereira Tristany substituiu José Manuel Modesto Dourado. Na bancada da CDU registou-se a ausência de Luís Manuel Negrão Vargas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu início ao PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA onde se registou a intervenção de António Filipe Parra Martins que solicitou a inclusão na Ordem do Dia da Moção “Pela urgente concretização das diversas recomendações constantes na Resolução da Assembleia da República n.º 61/2016, de 23 de Março, sobre as obras de requalificação da Estrada Nacional 125”. Colocada a inserção da Moção a votação, a mesma **NÃO FOI APROVADA** com os votos contra das bancadas do PS e do PSD. -----

António Filipe Parra Martins perguntou se existem avanços relativos ao pedido de reunião à administração da Caixa Geral de Depósitos discutido na reunião anterior da Assembleia, e acrescentou: *“Temos aqui três ou quatro observações/perguntas - Nos últimos dias percebemos uma dificuldade muito grande de um acesso a Monte Gordo pela N125 provocado por obras que estão a decorrer, obras de beneficiação certamente necessárias, mas questionamos porque é que só agora é que foi possível avançar ou se não é possível esperar até o fim do Verão tendo em conta que era previsível os problemas que iriam causar. Qual o prazo previsto para a sua conclusão ou que medidas é que vão ser tomadas para minimizar o constrangimento causado”*. Questionou ainda que medidas é que a Câmara Municipal está a promover para conseguir uma solução para a lacuna apresentada, após o parecer negativo da Agência do Ambiente na implementação e construção do hotel. Pediu ainda esclarecimentos relativamente aos problemas detetados nos condomínios pertencentes à Rua de Angola, de forma a evitar que surjam os mesmos problemas aos novos condomínios prontos a habitar. Relativamente à limpeza e recolha de resíduos, sublinhou que se tem verificado alguma degradação no que diz respeito a esses serviços, recolha de lixos, limpeza das ruas, mau cheiro dos contentores, e questionou qual o balanço feito pelo município e que medidas estaria a planear para combater esta situação. -----

Informou que após a receção dos documentos da Assembleia, verificou-se que foi dado conhecimento de um documento com o pagamento de trinta e sete mil euros relativamente a uma filmagem, cujo valor incluía vencimentos e produção, e dado os atuais constrangimentos que a autarquia tem, foi questionado quais eram os objetivos do filme e o porquê de terem dado conhecimento aos membros da Assembleia, uma vez que os valores em causa provocam uma preocupação. -----

A Vice-Presidente da Câmara Municipal esclareceu que as obras da estrada N125 foram adjudicadas à empresa e que devido a esse fator, as obras tiveram de avançar estando

previsto que as mesmas estariam finalizadas no próximo sábado e que na Aldeia Nova e Manta Rota iriam existir algumas intervenções no pavimento, ainda na mesma altura, uma vez que a segunda opção seria no mês de agosto, o que iria causar mais constrangimento e confusão, tornando-se desta forma inadiáveis. No que diz respeito à construção do hotel em Monte Gordo sublinhou que a autarquia avançou com um concurso público, mediante um parecer da APA, pedindo, no entanto, para se realocar o ponto de construção para uma área consolidada, uma vez que inicialmente seria na duna primária. Adiantou que após concurso, foi feita a adjudicação e o contrato com a empresa mas que no entanto, após os procedimentos executados, a autarquia recebeu um parecer negativo, evitando desta forma a construção do hotel. Frisou que o organismo que deu o parecer negativo foi o mesmo que, anteriormente aprovou a construção, mostrando que houve uma incoerência. Desta forma, esclareceu que seria impossível avançar com uma construção de tamanha envergadura sem existir um consenso do organismo de aprovação. Sobre os condomínios esclareceu que houve um erro da empresa que é responsável, a Morfim, e que a autarquia já avançou para que sejam repostas as condições necessárias aos moradores do condomínio em questão. Relativamente à questão da limpeza explicou que, aquando da contratação da empresa responsável pela limpeza e recolha de resíduos sólidos, a Eco Ambiente, foram tomadas todas as providências para que os empregados da câmara e SGU que exerciam funções nessa área, passassem a exercer as mesmas funções na empresa, tendo estes sido contratados. Mencionou que, em simultâneo, com a contratação da empresa foram criados mais postos de trabalho. Relativamente ao desempenho da empresa, na fase inicial considerou que foi menos positivo, no entanto, para conseguir responder às necessidades detetadas foram contratados mais funcionários. Referiu ainda que atualmente a autarquia, em conjunto com a Empresa Eco Ambiente, faz reuniões semanais de monitorização a fim de melhorar cada vez mais este serviço. Para terminar, frisou que existem alguns munícipes que fotografam os contentores do lixo e partilham nas redes sociais, pouco antes da recolha do mesmo, para efetuarem críticas e informou que para minimizar esta situação a autarquia informou os munícipes qual a hora de recolha do lixo. Quanto ao pedido de cabimentação que apareceu nos documentos da Assembleia, informou que o mesmo foi enviado por lapso pela funcionária Ana Gomes e que este trata de um documentário sobre a experiência do município aquando das operações às cataratas ocorridas em Cuba. Lamentou ainda o facto de terem feito chegar o documento interno às redes sociais, à página de uma candidatura, aproveitando-se desta forma de um erro cometido. -----

*Alex
Murta*

De seguida pediu a palavra e interveio **Ana Gomes**, funcionária da autarquia, destacada para o secretariado da Assembleia Municipal. -----

O **Presidente da Assembleia** mencionou que tratando-se de um erro de trabalho e de uma questão profissional e de honra permite que a funcionária esclarece-se o sucedido. -----

Ana Gomes fez a seguinte intervenção: *"Pedi ao Presidente da Assembleia Municipal que me deixasse falar porque gostaria que todos ficassem a perceber o que é que aconteceu com os documentos que chegaram indevidamente às mãos dos senhores Deputados. Trabalho na Câmara Municipal há dezasseis anos, sou colaboradora desta autarquia há vinte e há cerca de quatro anos foi-me pedido que fizesse o secretariado da Assembleia. Tal como nas outras funções que tenho exercido, tenho tentado ser o mais profissional e empenhada possível e, quando na passada semana, o senhor Presidente da Assembleia Municipal me pediu que tratasse dos documentos desta sessão, a realizar hoje, redigi a Convocatória e o Edital e depois fui digitalizar os documentos par enviar aos membros da Assembleia. Nessa ocasião, uma colega que estava a tratar do documento em questão que já foi aqui falado, imprimiu-o e eu, por lapso, quando digitalizei a ata, que vai ser aqui discutida esta noite, o documento foi junto. Logo a seguir comuniquei ao Chefe de Gabinete, comuniquei também à Sra. Vice-Presidente e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que foram bastante compreensivos comigo porque realmente é um lapso que não se deve cometer, mas eu cometi-o e tinha que assumir. Depois disso, no dia a seguir, vi no Facebook do candidato António Murta o documento e agora pedia que me deixassem tecer algumas considerações enquanto pessoa e enquanto funcionária da câmara municipal. Trabalho com este executivo PSD há doze anos mas também trabalhei com o executivo do Sr. Engenheiro António Murta e ele conhece-me muito bem. Acho que relativamente aos deputados da Assembleia Municipal tenho sido sempre o mais correta possível, quer quando me abordam na rua, quer quando me pedem alguma coisa por e-mail ou por telefone, tenho tratado todos da mesma forma, que é assim que eu sei fazer e é assim que eu trabalho. Fiquei muito aborrecida, porque neste momento se não fosse a compreensão dos meus superiores hierárquicos, podia ter um processo disciplinar por ter fornecido, indevidamente, um documento interno da Câmara Municipal, mas entretanto gostaria de dizer que aquele assunto até poderia ter vindo para o Facebook, mas nunca com o documento, portanto fiquei muito triste em relação aos deputados, ao deputado ou deputada que entregou o documento ao Engenheiro António Murta e relativamente a ele também porque trabalhei com ele muitos anos e penso que ele não teria nada a dizer de mim. Eu queria dizer também que apesar de não ter um curso superior,*

Alice
Murta

infelizmente a vida não me permitiu que assim fosse, há uma coisa que os meus pais me ensinaram que é princípios e esses eu tenho muito, não se aprendem na escola. Uma coisa que o meu pai sempre me dizia era que quando cometesse uma ação, mesmo que fosse em meu benefício, tentasse sempre perceber se não prejudicava os outros e infelizmente não aconteceu assim comigo, mas isto é viver e aprender. Aquilo que eu estou aqui a dizer, sei que vão transmitir ao Engenheiro António Murta, mas eu faço questão quando o encontrar, tive muitos anos sem o ver, trabalhei com ele e não tenho nada a dizer dele, mas quando o encontrar e ele me vier cumprimentar, eu própria vou-lhe dizer isto, porque enquanto pessoa senti-me ofendida. E mais uma vez quero agradecer publicamente a compreensão do executivo autárquico, porque quando eu comuniquei todos eles banalizaram a questão e disseram-me para não me preocupar porque eu não ia ser punida por isso, porque realmente, quem faz é quem erra, e foi isso que me aconteceu. Agora gostaria de pedir ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que tal como acontece muitas vezes nesta Assembleia, que os Srs. Deputados pedem para ficar escrito na íntegra na ata aquilo que foi dito, eu pedia, também, que aquilo que eu disse ficasse na íntegra na ata.”-----

Registou-se ainda a intervenção de **Alice Pereira Tristany** que apresentou uma declaração de pesar pela tragédia de Pedrógão Grande. Elogiou o trabalho feito pelos bombeiros, nomeadamente, pelos Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António. Mencionou que o Conselho Municipal de Segurança ainda não reuniu após a última tomada de posse. Perguntou ainda que medidas de informação, sensibilização da população, prevenção e proteção estão a ser tomadas pela autarquia, no que diz respeito à possibilidade de fogos no concelho e ainda, se a autarquia está a equacionar a realização de simulacros para testar a eficiência operacional e comunicacional. Acrescentou ainda: “*Outra questão prende-se com uma participação de uma cidadã feita à Comissão Nacional de Eleições, respeitante à propaganda política que se encontra por todo o concelho e segundo o decreto de lei nº 15 de 2017, a 12 de maio em que diz que está proibida a publicidade comercial, mas que está neste momento em várias ruas do concelho.*”-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que relativamente ao Conselho Municipal de Segurança não tem conhecimento da data da reunião mas que tomará boa nota da situação. No que diz respeito à prevenção e proteção para evitar incêndios informou que durante o inverno são feitas várias limpezas nas matas do concelho e que no próximo dia 19 de outubro irá ocorrer um simulacro nas escolas e lisonjeou o trabalho feito pela Proteção Civil no que respeita à limpeza das nossas matas. Perante a questão da participação

Alexandre
Lopes

feita pela cidadã relativamente à publicidade, informou que a autarquia tomou conhecimento e respondeu aguardando agora um feedback da Comissão de Eleições. Contudo, referiu que a propaganda feita é apenas do trabalho que a autarquia desenvolve mas como estamos em época de eleições, só agora causa constrangimentos.-----

Rui João Gutierrez Setúbal opinou que o erro cometido pela funcionária não revestia de gravidade e colocou enfâse no facto de considerar que tal, ao contrário do referido na intervenção, não poderia ser motivo de qualquer processo disciplinar, sendo que a competência e o empenho manifestado pela funcionária em causa não poderia ser colocado em crise por um mero lapso, tanto mais que os documentos em causa não revestem o carácter de confidencialidade que se pretendeu atribuir. Perguntou se já existe resposta à questão do estacionamento apresentada em requerimento de 8 de setembro passado. Perguntou ainda se o Município tem conhecimento da ordem de interdição que foi dada pela Docapesca na utilização do cais de embarque de passageiros e que esse facto está a colocar em causa o trânsito e o normal funcionamento para os circuitos de turismo no rio que nesta altura estão em época alta. Quanto à recolha de resíduos sólidos urbanos, questionou se o serviço está a ser devidamente assegurado e se está a ser respeitado o contrato no que diz respeito ao vínculo laboral com os trabalhadores da empresa. Disse ainda que ao abrigo do contrato, a recolha do lixo tem de ser feita entre as 22:00 horas e as 05:30 da manhã, o que nalguns casos não está a acontecer, que em alguns casos a recolha feita à hora do almoço junto a restaurantes, o que é no mínimo insólito e se a autarquia tem conhecimento que houve recolha de resíduos sólidos em viaturas de caixa aberta. Perguntou ainda se o executivo vai fazer cumprir a cláusula nº32 deste contrato que diz que as viaturas a disponibilizar para o serviço têm de ser novas e a estrear. Acrescentou ainda: *“Uma outra questão prende-se com o passadiço, como é que a autarquia vai resolver o problema do financiamento da obra, uma vez que a obra não será financiada?”* -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** informou que irá transmitir ao Chefe de Gabinete a falta de resposta ao requerimento sobre o estacionamento. Sobre a questão do cais, disse que a autarquia já questionou a Docapesca. Quanto às questões colocadas sobre a recolha do lixo frisou que a situação dos trabalhadores da Câmara e da SGU está completamente salvaguardada, que ninguém foi despedido, que alguns trabalhadores foram reintegrados noutros locais da câmara e serviços afetos à SGU e que neste momento foram contratadas pela Eco Ambiente cerca de setenta pessoas. Afirmou que existem questões que ainda estão a ser tratadas em reuniões conjuntas com uma pessoa da autarquia que está sempre a

Se
fuerit

deputada". Neste sentido, disse que apenas viu o documento pela primeira vez quando este já estava nas redes sociais. Aproveitou para referir que o erro cometido não seria grave o suficiente para a funcionária receber um processo disciplinar uma vez que tem demonstrado um trabalho eficiente e de qualidade. Para complementar a intervenção do BE relativamente à tragédia ocorrida em Portugal, a deputada demonstrou solidariedade e proferiu umas palavras para as vítimas e bombeiros voluntários, referindo ainda que, a bancada do PS, estaria de acordo com a proposta de António Cabrita, de se fazer um minuto de silêncio. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes exprimiu igualmente palavras de solidariedade para com as vítimas e Bombeiros Voluntários da tragédia em Pedrógão Grande. -----

De seguida, fez-se um minuto de silêncio. -----

António Filipe Parra Martins defendeu que não estava em causa o empenho e profissionalismo da secretária da assembleia, mas sim o que constava no pedido de cabimentação enviado cujo conteúdo era desconhecido e dado a proximidade das eleições, é mais questionável, o porquê e os objetivos da realização do vídeo. Disse ainda que no processo de contratação da empresa para a construção do Hotel em Monte Gordo, a autarquia recebeu uma verba, pelo que se questiona se a autarquia tem valor monetário suficiente para repor a verba recebida pela empresa, anteriormente contratada. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a cabimentação enviada por lapso, encontra-se na Plataforma Vortal e que qualquer cidadão pode ter acesso. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que não se trata de um vídeo para utilização de campanha, mas de promoção do concelho de Vila Real de Santo António em que colaboraram pessoas da terra; que o dinheiro da escritura do Hotel se encontra guardado esperando a aprovação da construção do mesmo mas caso o mesmo não aconteça a autarquia poderá pedir uma indemnização ao Ministério do Ambiente. Esclareceu também que nunca esteve em causa o erro cometido pela funcionária, mas que achou uma falta de respeito terem colocado o documento, enviado por lapso, nas redes sociais. -----

Rui João Gutierres Setúbal questionou se já existiu algum pagamento, da parte da autarquia, à empresa responsável pela construção do passadiço, se a Câmara tem conhecimentos da forma contratual como a empresa Eco Ambiente admite os seus funcionários e se o valor cabimentado para o filme corresponde ao valor total suportado pela autarquia na produção e filmagem do vídeo. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** informou que, relativamente ao passadiço, a autarquia ainda não pagou qualquer valor, uma vez que está a aguardar a aprovação da nova

Alc. Currito

monitorizar no terreno com os responsáveis da Eco Ambiente, que atualmente as ruas já se encontram mais limpas, que por uma questão de reajustamentos nem sempre o serviço foi executado da melhor forma e que neste momento a recolha está a ser feita entre as 23:00 e as 05:30 horas, e frisou: *“Neste momento estão a ser feitas duas recolhas e as pessoas que colaboram com a empresa que são do concelho, estão a dar o seu melhor para que tudo fique limpo o melhor possível. Volto-vos agora a dizer que com o aproximar das eleições vejo muitas fotos que são tiradas de propósito para incentivar as politiquices e incentivar esta questão. Sobre o passadiço, realmente é uma obra que foi imposta pelo POC, o financiamento era de 85 % do fundo comunitário e os restantes 15 % da APA. Neste momento, já sei que tiveram acesso, não sei como a esse documento e como aparece nas redes sociais muito antes de nós sabermos, isto também é interessante. Efetivamente confirmo, sem nenhum problema, em dizer que o apoio comunitário ainda não foi aprovado mas estamos a concorrer a nova candidatura. E portanto, iremos ter, se calhar, todas as condições para serem aprovados estes 85% do fundo comunitário e a obra será paga dessa forma.* -----

António Manuel Cipriano Cabrita apresentou também um voto de solidariedade pelos concelhos afetados pelos incêndios nos últimos dias e solicitou um minuto de silêncio em memória das vítimas. Opinou ainda que o facto de estarmos em véspera de eleições não explica tudo e que há nitidamente alguém que anda a interferir para atrasar o processo de desenvolvimento de Vila Real de Santo António, e acrescentou: *“Não é indiferente termos ou não termos uma marca que era referência mundial em termos de hotelaria. É estranho quando existe um determinado organismo que dá parecer favorável mas depois, dá parecer desfavorável. No Algarve, neste momento, o empreendimento que está a ser feito na Fuzeta, Olhão, que entra pela Ria Formosa não é alvo de qualquer preocupação ambiental. Quanto ao passadiço, para além de ser uma construção imposta há muitos anos, na apresentação do Plano do Ordenamento da Orla Costeira, Vilamoura e Vila Real de Santo António, foi transmitido que os passadiços não passam só por uma questão de beleza, passam por defender a praia para consolidar as dunas. Tenho a sensação que existe nitidamente uma intervenção de forma a promover o impedimento ao desenvolvimento. A seu tempo a população vai aperceber-se disto.”* -----

Maria Luisa Currito de Oliveira e Castro pediu a palavra para esclarecer uma expressão, que diz, utilizada por Ana Gomes, secretária da Assembleia, aquando da sua intervenção na justificação do erro cometido no envio da documentação, quando mencionou “deputados e

Alameda

candidatura, já enviada e que, após receber os 85% do fundo comunitário e os 15 % da APA, será feito o pagamento da obra executada. Relativamente ao valor do filme solicitou que fossem pedidos esclarecimentos por escrito à Câmara Municipal. -----

Deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES; -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou da correspondência recebida e enviada por mail para os responsáveis de cada uma das bancadas. Do Grupo Parlamentar do PCP, pergunta ao Governo sobre o reforço dos meios humanos na Unidade Local de Faro da Autoridade para as Condições de Trabalho; Projetos de Lei relativo à 6.ª alteração à Lei n.º 35/2014 de 20 de Junho da Lei Geral dos Trabalhadores em Funções Públicas; pergunta ao Governo sobre a venda ambulante de fruta fresca nas praias algarvias; Projeto de Resolução recomendando a construção de um matadouro público regional no Algarve; Requerimento ao Governo a propor a disponibilização dos estudos no âmbito da descentralização; Resposta do Governo à pergunta do PCP sobre atrasos e supressão de comboios na Linha do Algarve e Declaração de Voto sobre o impedimento de realização de audições no âmbito da transferência de competências. Do Grupo Parlamentar de "Os Verdes" a informação das iniciativas levadas a cabo em defesa do ambiente no Dia Mundial do Ambiente e do deputado Luis Fernandes, ofício a solicitar a Renúncia de mandato. -----

Deu ainda conhecimento dos processos remetidos pela Câmara Municipal a esta Assembleia para conhecimento, documentos cujas cópias foram distribuídas pelas bancadas, nomeadamente: -----

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL 2017- CC824/2017 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;** -----

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O ACESSO À INTERNET 2017 – COMUNICAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL.** -----

2. ELEIÇÃO DE 1.º SECRETÁRIO PARA A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----

No seguimento da renúncia de mandato da deputada **Maria do Rosário Papafina Proença** procedeu-se à eleição de novo membro para a mesa da Assembleia Municipal. A bancada do PSD propôs como candidato o deputado **Alexandre Drago**. A bancada do PS, CDU e Bloco de Esquerda não demonstraram interesse em propor possíveis candidatos para o cargo de 1.º secretário. Foi eleito o deputado **Alexandre Hermínio Drago Madeira** com quinze votos, tendo-se registado oito votos em branco. -----

Alc. Leal

3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS N.ºs 1 e 2/2017;-----

As Atas foram aprovadas com a abstenção dos deputados que não estiveram presentes nas respetivas reuniões. -----

4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO, GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO, SITO EM MONTE GORDO, ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A SUN HOUSE II PROPERTY, UNIPessoal, LDA.; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por MAIORIA em reunião de Câmara de 9 de maio, com os votos contra dos Vereadores Célia Paz, José Barão e Álvaro Leal.-----

António Filipe Parra Martins considerou desnecessária a entrega da gestão e manutenção do polidesportivo e parque infantil de Monte Gordo ao Hotel, mencionando a possibilidade da Junta de Freguesia assumir essa responsabilidade uma vez que não se falam de valores inalcançáveis. Abordou também, que seria importante, considerar a manutenção das infraestruturas, como o passadiço, para que não se degradassem desnecessariamente. -----

Alice Pereira Tristany mencionou que na convocatória enviada existiam alguns lapsos relativamente à área total do hotel, ao nome da empresa e por fim o valor total. Referiu que considera importante que a autarquia mantenha a gestão e manutenção dos espaços públicos e que não seja trespassado essa responsabilidade para empresas privadas. -----

António Manuel Cipriano Cabrita recordou que a autarquia obtinha mais regalias se transferisse a gestão e manutenção dos espaços públicos para as empresas e que deveriam ter em atenção as contrapartidas conseguidas se assim agissem. -----

O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu a deputada Alice Tristany que os lapsos mencionados se tratavam de pequenos erros, uma vez que no documento formal mantinham-se as informações discutidas na sessão de câmara. -----

De seguida colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por MAIORIA com os votos contra das bancadas do PS, CDU e BE. -----

O BE entregou declaração de voto. O PS leu e entregou declaração de voto. -----

5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;- Presente a proposta da Vice-Presidente da Câmara Municipal, aprovada por MAIORIA em reunião de câmara de 9 de maio, com a abstenção do Vereador Álvaro Leal. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por MAIORIA com a abstenção da bancada da CDU. -----

Assinatura

6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 18 de julho com os votos contra dos Vereadores Célia Paz e José Barão e a abstenção do Vereador Álvaro Leal.-----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com as abstenções das bancadas do **PS, CDU** e do **BE**.-----

7. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE DUAS PARCELAS DE TERRENO, SITAS NA FREGUESIA DE MONTE GORDO;- Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de câmara de 26 de abril.-----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com a abstenção da bancada do **BE**. -----

8. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE DISTINÇÃO HONORÍFICA A PEREIRA DE CAMPOS;- Presente a proposta do Vereadores do Partido Socialista aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de câmara de 9 de Maio. -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA**, registando-se as ausências dos deputados **António Cabrita, António Gomes** e **Armando Silva** do **PSD** e a abstenção da bancada do **BE**.-----

9. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE DISTINÇÃO HONORÍFICA A LUIS VIEGAS;- Presente a proposta do Vereadores do Partido Socialista aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de câmara de 9 de Maio. -----

António Manuel Cipriano Cabrita frisou que, na sua opinião, este tipo de distinções, por aquilo que representam deviam ser feitas no dia 13 de maio, que é o dia da cidade e que estas homenagens feitas à pressa, inclusivamente com o documento mal escrito, sem o mínimo de qualidade, não é forma de agraciar as pessoas. Acrescentou que tem a máxima consideração pelo Luís Viegas porque está ligado à criação da freguesia de Monte Gordo. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que o documento foi entregue a dois de maio e levado a reunião de câmara a 9 de maio, daí as homenagens não terem sido feitas no dia 13 de maio em conjunto com as restantes, uma vez que a Assembleia Municipal só está a decorrer no dia de hoje. -----

*Alvaro
Melo*

Vanda da Encarnação Matias Fernandes opinou que o PS, uma vez que foi o responsável para que seja realizada a homenagem aos munícipes em questão, deveria elaborar uma descrição sobre cada munícipe a homenagear a fim de todos tomarem conhecimento do trabalho ou empenho do próprio para com o nosso concelho. -----
Colocada a votação, o mesmo foi aprovado por **MAIORIA** com a abstenção da bancada do **BE**. -----

10. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE DISTINÇÃO HONORÍFICA A ORLANDO LOPES;- Presente a proposta do Vereadores do Partido Socialista aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de câmara de 9 de Maio. -----

Colocada a votação, a proposta foi **APROVADA** com a abstenção da bancada do **BE** e dos deputados **António Manuel Cipriano Cabrita** e de **António José Gomes**. -----

11. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE DISTINÇÃO HONORÍFICA A JOAQUIM CAMACHO AGUIÃ;- Presente a proposta do Vereadores do Partido Socialista aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de câmara de 9 de Maio. -----

António Manuel Cipriano Cabrita sublinhou que a homenagem deveria ter lugar a 13 de maio e que o Coronel Aguiã não sendo natural de Vila Real de Santo António, fez muito pelo concelho. Esclareceu que iria votar a favor por este merecer, mas que continua insatisfeito com a forma como estariam a ser feitos os procedimentos para a homenagem. ---

Rui João Gutierrez Setúbal congratulou-se pela aprovação das propostas de homenagem tendo feito uma breve descrição sobre quem seria homenageado, mencionado ainda que as propostas não teriam sido, por ele, feitas. Proferiu as seguintes declarações: *"Congratulo-me com a aprovação de todas as distinções propostas pelo PS. Estas distinções foram feitas como louvor e reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelos galardoados e não com qualquer outro intuito. São pessoas que têm um passado e/ou um presente conhecido e reconhecido. O professor Pereira de Campos, além de ter sido professor de muitos milhares de vilarealenses é um empresário dinâmico que emprega na sua empresa um número significativo de pessoas. O Sr. Luís Viegas foi um histórico autarca do concelho sendo Presidente da Junta de Freguesia de Monte Gordo em vários mandatos. O Sr. Orlando Lopes é, neste momento, o maior empregador privado do concelho dando emprego nas suas unidades hoteleiras a centenas de pessoas, tendo também, durante vários anos, gerado bastantes empregos na área da construção. Em relação ao Coronel Aguiã, aqui presente, o seu trabalho é de tal forma conhecido e reconhecido que dispensa qualquer comentário. Após ter terminado a sua carreira militar poderia ter ficando a descansar sem qualquer*

Ac. Cabrita

preocupação dando atenção à família, mas não, ofereceu o seu conhecimento e capacidade de gestão abraçando uma nobre causa. Por isso, e por ser o único dos agraciados aqui presente proponho que esta Assembleia, na pessoa do Senhor Coronel, dê uma forte salva de palmas". -----

António Cabrita manifestou o seu desagrado para com a intervenção do PS, uma vez que considera que a intervenção em causa deveria ter sido feita antes da discussão e votação das propostas. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes opinou que se António Cabrita interveio a meio da votação aquando da aprovação da distinção honorífica a Pereira de Campos e que assim também a intervenção de Rui Setúbal não está incorreta. -----

A proposta foi aprovada com a abstenção da bancada do BE. -----

16. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. -----

Foi apreciado o Relatório do Presidente da Câmara Municipal. -----

Rui João Gutierres Setúbal solicitou que ficasse explícito em Ata que como tem vindo a referir ao longo dos últimos quatro anos, os relatórios vêm incompletos e não respondem ao que está no regimento da Assembleia Municipal, nomeadamente pela ausência de informação sobre várias temáticas que vai desde a questão financeira à questão dos processos em tribunal. -----

António Manuel Cipriano Cabrita apresentou um voto de protesto. -----

Passou-se ao período de intervenção do público registando-se a intervenção de **Edgar Munhoz** que pediu esclarecimentos relativamente ao barulho criado pelo parque de diversões implementado na rua 5 de outubro e acrescentou que as portas das habitações e das respetivas garagens naquele local, atualmente, fazem de casas de banho públicas. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** mencionou que o parque de diversões é dirigido para as crianças e que o horário não é muito extenso pelo que até ao presente dia a autarquia não recebeu queixas devido aos barulhos criados pelo mesmo. Para terminar, considerou falta de civismo fazerem dos locais casas de banho públicas, uma vez que a poucos metros de distância se encontram os balneários públicos que de Verão estarão abertos até às 00:00. -----

E de tudo, para constar, a minuta da Ata foi submetida a votação e aprovada por **UNANIMIDADE.** -----

Não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas 23 horas e 30 minutos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Miguel Moreira da Costa

(Miguel Moreira da Costa)



O Primeiro Secretário,

Alexandre Hermínio Drago Madeira

(Alexandre Hermínio Drago Madeira)